

Poucas chances de perdão para o País

BRASÍLIA — O Brasil tem poucas chances de candidatar-se ao plano de redução da dívida, criado pelo Secretário americano do Tesouro, Nicholas Brady, ainda que o Governo brasileiro siga à risca a cartilha de reformas macroeconómicas ditada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Isso porque, segundo o catedrático de Economia da American University, Howard M. Wachtel, o Plano Brady foi desenhado para atender a necessidade, específica, de estabilidade política no México.

O economista oferece também uma clara explicação para as dificuldades que os países do Terceiro Mundo estão encontrando para obter novos investimentos externos que financiem seu desenvolvimento. Hoje, ao contrário do que ocorreu nas décadas de 60 e 70, as taxas internacionais de juros são extremamente compensadoras levando os investidores — oficiais e privados — a direcionarem o capital para o mercado financeiro, ao invés de financiar a produção de bens e serviços.

Assim, caso se mantenha a atual tendência, o Terceiro Mundo, e principalmente os países endividados, terão dificuldade em obter novos investimentos.

O Plano Brady foi desenhado para suavizar essa tendência mas, desde o início, o Governo dos Estados Unidos encontrou séria resistência por parte dos bancos credores, quando os intimou a reduzir a dívida do Terceiro Mundo, conforme a orientação do Plano.

No caso do México, porém, o Governo americano utilizou o argumento de que a estabilidade política do país vizinho dependia, principalmente, da manutenção do Partido Revolucionário Institucional (PRI) no Governo, obtido à custa de fraudes eleitorais. Pressionados, os bancos acabaram aceitando participar do esquema de redução da dívida mexicana, mas deixaram claro que não pretendiam estender os benefícios ao demais países.